

Carta 62/ 2025

Brasília, 23 de julho de 2025

À Sua Excelência a Senhora
Deputada Federal Tábata Amaral
Presidenta da Comissão Especial sobre o Plano Nacional de Educação decênio 2024-2034 (PL 2614/24)
Câmara dos Deputados

À Sua Excelência o Senhor
Deputado Moses Rodrigues
Relator da Comissão Especial sobre o Plano Nacional de Educação decênio 2024-2034 (PL 2614/24)
Câmara dos Deputados

Senhora Deputada,
Senhor Deputado,

Em atendimento à solicitação da secretaria executiva da Comissão Especial sobre o Plano Nacional de Educação decênio 2024-2034 (PL 2614/24), encaminhamos nossas contribuições e comentários às questões levantadas pela relatoria.

- 1) Já há alguns anos tem se debatido a chamada responsabilidade educacional. Como a expressão “responsabilidade” pode ter algum grau de ambiguidade – temos as responsabilidades civil, penal, administrativa... – e também pode se entender a responsabilidade como a atribuição, a competência para realizar determinadas ações.**

Com essa mistura de conceitos e com a natureza federativa do Brasil, o que Vossa Senhoria entende por responsabilidade? E punição? E compromisso?

A responsabilidade educacional, na perspectiva que defendemos, deve ser entendida como compromisso público com o direito à educação, estruturada em três dimensões: atribuição, corresponsabilidade e suporte institucional.

Responsabilidade, nesse contexto, não se resume à punição. Ela parte da ideia de que cada ente federado – União, estados e municípios – tem competências constitucionais e legais próprias para garantir acesso, permanência e aprendizagem com qualidade. Assim, responsabilidade significa cumprir aquilo que está sob sua alçada, com apoio recíproco e coordenação interfederativa.

Já a punição, quando desconectada da análise das condições estruturais de oferta, pode gerar injustiças e distorções, recaindo sobre gestores e profissionais da ponta, sem considerar as reais limitações de financiamento, pessoal ou capacidade técnica. Ela deve ser o último recurso, aplicada apenas em casos de dolo, negligência grave ou má gestão deliberada, e mesmo nesses casos, após o devido processo legal. Por isso, preferimos reforçar o conceito de compromisso institucional, que demanda:

- a) diagnóstico realista das condições de cada rede;
- b) apoio técnico e financeiro da União aos entes com menor capacidade;
- c) pactuação de metas exequíveis;
- d) monitoramento contínuo e com participação social.

Responsabilidade, portanto, não é sinônimo de penalidade, mas sim de ação planejada, coordenada e articulada com foco na garantia de direitos.

Missão: articular, mobilizar e integrar os dirigentes municipais de educação, para construir e defender a educação pública, sob a responsabilidade dos municípios, com qualidade social.

2) Foi colocado neste debate a questão das consequências do descumprimento das metas. Vossa Senhoria poderia discorrer, não sobre as consequências, mas sobre as CAUSAS do descumprimento? Falta de recursos? De pessoal? Baixa capacidade institucional?

As causas do descumprimento das metas do PNE são estruturais e multidimensionais. Entre as principais causas, destacamos:

- a) falta de um Sistema Nacional de Educação efetivamente regulamentado, que articule esforços, defina responsabilidades e evite sobreposição ou omissão entre os entes federativos.
- b) Capacidade institucional desigual entre os entes federados, agravada pela ausência de uma política nacional de assistência técnica continuada. Muitos municípios pequenos e médios não contam com equipes técnicas suficientes para planejar, monitorar e executar políticas complexas.
- c) Descontinuidade de políticas públicas, especialmente em períodos de mudança de governo, o que compromete o planejamento de médio e longo prazo e interrompe processos estruturantes.
- d) Subfinanciamento da educação básica pública. Mesmo com a EC 108/2020 e o novo Fundeb, o Brasil ainda não assegura o CAQ como padrão mínimo de qualidade, e os municípios, responsáveis por grande parte da oferta, operam frequentemente no limite da sua capacidade fiscal.
- e) Baixo investimento na formação e valorização dos profissionais da educação, o que compromete a permanência e a qualidade do trabalho pedagógico.
- f) Falta de mecanismos regulares de monitoramento e avaliação articulados com planejamento, orçamento e gestão democrática. Ou seja, não se trata apenas de ausência de resultados, mas da ausência de bancos de dados municipais e sistemas integrados de acompanhamento, que antecipem os problemas e ajudem a corrigi-los em tempo hábil.
- g) Portanto, não é possível atribuir o descumprimento das metas exclusivamente à gestão local ou à vontade política. É um reflexo de um arranjo federativo ainda desarticulado e assimétrico, que precisa ser corrigido por meio do SNE, de políticas de cooperação e de financiamento adequado.

Por fim, gostaríamos de parabenizar a comissão especial pelos trabalhos desenvolvidos até o momento, colocando-nos ao dispor para futuras participações e discussões em prol de um PNE que garanta o direito à educação a todas as crianças, jovens, adolescentes, adultos e idosos de todos os municípios do país.

Respeitosamente,

ALESSIO COSTA LIMA
Dirigente Municipal de Educação de Ibaretama/ CE
Presidente da Undime